

INTERVENÇÃO DE HENRIQUE BARRETO NUNES, VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO 4º CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS NA SESSÃO DE ABERTURA DO CONGRESSO, REALIZADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA, EM 4 DE MARÇO DE 1992

Exmos. Senhores  
Presidente da República  
Representante do Subsecretário de Estado da Cultura  
Vice Reitor da Universidade do Minho  
Governador Civil de Braga  
Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Presidente do Conselho Directivo Nacional da BAD  
Senhores membros da Comissão de Honra do Congresso  
Caros colegas  
Minhas senhoras e meus senhores

Permitam-me que comece a minha intervenção fazendo uma saudação muito especial aos demais membros da Comissão Organizadora Local - a quem me coube a honra de agora representar - e ao Secretariado de Apoio e Recepção, constituído por elementos da Biblioteca Pública, dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, do Arquivo Distrital (e da Bibliomédia). Sem a sua dedicação, disponibilidade, empenhamento, espírito de sacrifício e generosidade, não teria sido possível chegarmos aqui.

Queria ainda referir quanto é honroso e gratificante para nós contar com a presença do Senhor Presidente da República nesta sessão, sabendo-se que ele é verdadeiramente um homem de cultura e certamente sentirá como seus os nossos problemas e preocupações.

Na sessão de encerramento do III Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado em Lisboa em Março de 1990, Braga propôs-se realizar o IV Congresso nesta cidade, o que foi de imediato aceite pela BAD.

O argumento primeiro para esta candidatura assentava na comemoração do 150º aniversário da Biblioteca Pública de Braga, criada por alvará de D<sup>a</sup> Maria II em 13 de Julho de 1841, uma das mais antigas e importantes do país.

Mas outras razões poderosas existiam:

Na Universidade do Minho, onde a BPB está integrada, funciona igualmente o Arquivo Distrital, um dos mais ricos arquivos portugueses,

detentor de um património documental ímpar, que apresenta projectos inovadores a nível da cooperação regional.

Ainda na UM, os seus Serviços de Documentação têm-se notabilizado pelo trabalho realizado na informatização, sendo uma das bibliotecas pioneiras nesse campo, possuidora de uma experiência e de um saber já reconhecidos em todo o país.

Encontravam-se assim reunidas, à partida, as condições ideais para realizar em Braga um congresso nacional de BAD (recordo que em 1976 se tinha aqui realizado o nosso 5º Encontro).

A UM, através do seu Conselho Cultural, acolheu a proposta com agrado e foi assegurado todo o apoio da instituição.

Acresce ainda que foi no Norte que a Rede Nacional de Leitura Pública criada pelo Instituto Português do Livro e da Leitura encontrou um dos polos mais favoráveis para a sua implantação e desenvolvimento, localizando-se na região, já inauguradas (P.Varzim) ou prestes a sê-lo (Guimarães, Famalicão, Esposende) algumas das suas Bibliotecas Municipais de maior dimensão.

Esta situação aliás deu origem à 1ª experiência associativa portuguesa, visando a cooperação entre bibliotecas municipais, de que resultou a Bibliomédia, que engloba para já as B. M. de V.N.Famalicão, Guimarães, Póvoa de Varzim e Felgueiras - de que, p.ex., o Senhor Presidente da República e o senhor Vice-Reitor Prof. Aguiar e Silva são sócios honorários - e detém uma forte implantação regional.

Por essa razão, quando se constituiu a Comissão Organizadora do Congresso, além da BAD, das Unidades Culturais, dos Serviços de Documentação e Centro de Informática da UM, resolvemos convidar a Bibliomédia a integrá-lo.

Para concretizar a efectiva realização do congresso, que pensávamos poder mobilizar cerca de 500 bibliotecários, arquivistas e documentalistas e ao qual pretendíamos dar um cunho original, precisávamos de um local que reunisse as condições adequadas para acolher os nossos colegas.

Assim, contactamos o Parque de Exposições de Braga, onde deparamos com uma encorajadora receptividade, nomeadamente por parte do seu administrador, senhor Jorge Cruz.

O PEB revelava-se interessado em rentabilizar culturalmente as excelentes instalações de que dispõe e sabíamos ainda que acalentava o projecto de realizar em Braga uma Feira do Livro.

Estabeleceu-se deste modo um protocolo de colaboração entre a BAD e o PEB, que permitiu que o Congresso se realizasse neste espaço e, ao mesmo tempo, possibilitava a organização simultânea da Feira do Livro da Imagem e do Som e da exposição de mobiliário e equipamento, que esperamos sinceramente seja um êxito e tenha continuidade,

contribuindo para a realização regular de uma grande Feira do Livro em Braga.

Disse que pretendíamos dar a este Congresso um cunho diferente do habitual.

Desejavamos que a cidade sentisse a nossa presença, soubesse da nossa existência e se apercebesse do papel dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na sociedade, da sua importância no domínio da informação, da comunicação, da educação e da cultura, da ocupação dos tempos livres ou da preservação do património bibliográfico e documental.

Por isso a Feira do Livro, por isso uma maior abertura à comunidade, por isso um conjunto de actividades paralelas e de extensão cultural, que se dirigem não só aos participantes do congresso mas também, algumas delas, a toda a população.

Nessa perspectiva contactamos e encontramos excelente acolhimento por parte da Câmara Municipal e do Governo Civil de Braga, da Companhia de Teatro, do Museu dos Biscainhos, da AFCA, do Teatro Circo, das CM de Guimarães, V.N.Famalicão, Esposende, Ponte de Lima e Felgueiras que merecem o nosso reconhecimento por permitirem a realização de um programa social e cultural variado e esperamos que agradável.

A temática das sessões e das mesas redondas do congresso traduzidas em mais de 90 comunicações, de que podemos apresentar já o 1º volume de Actas, permitirá o confronto de experiências, a divulgação de trabalhos, a reflexão e o debate de alguns dos grandes problemas e desafios com que nos defrontamos, que vão do recurso a novas tecnologias ao tratamento, transferência e difusão da informação, da leitura pública à situação dos arquivos, de formação profissional à preservação e conservação do património documental.

O contributo de alguns colegas estrangeiros de grande renome, representando instituições prestigiadas, certamente nos ajudará a transmitir maior qualidade às sessões de trabalho.

É esse, aliás, o grande objectivo de todos nós: melhorar, rentabilizar, tornar mais útil, necessária e reconhecida, a todos os níveis, a nossa capacidade profissional e a importância do trabalho que nos arquivos, nas bibliotecas e nos centros de documentação realizamos, para o grande público ou para utilizadores específicos, tendo sempre em vista o desenvolvimento cultural e científico do país.

Surge este congresso, como já referiu o dr. João Gonçalves, num momento particularmente delicado para muitos dos que trabalham nestas áreas.

São de todos conhecidos alguns problemas e situações que nos causam preocupação, inquietação, direi mesmo angústia.

**1.** A taxa do IVA a aplicar aos livros é uma delas. O tema já tem sido suficientemente glosado na Imprensa e debatido por escritores e jornalistas, editores e livreiros, associações profissionais e culturais com argumentos que nos parecem válidos e oportunos.

Pagar impostos para ler, quando se conhecem os nossos hábitos de leitura e cujos fracos índices são tantas vezes atribuídos ao preço do livro; pagar imposto para adquirir livros, quando as bibliotecas de leitura pública estão ainda a constituir os suas colecções com as dificuldades orçamentais que se conhecem, quando o analfabetismo se mantém em níveis bastante elevados e o iletrismo é uma triste realidade do nosso quotidiano; sujeitar o país a este imposto parece-nos ser uma medida anti-cultural, inoportuna, desajustada, uma sofisticada forma de censura, como disse J. Cardoso Pires.

**2.** O inventário dos bens patrimoniais móveis, nomeadamente do património bibliográfico e documental, sendo uma operação necessária e urgente, não pode ser correctamente realizada com os poucos meios, materiais e humanos, que lhe estão atribuídos.

Apesar da reconhecida competência e capacidade da coordenadora da respectiva Comissão, senhora dr<sup>a</sup>. Maria José Moura, sem meios financeiros e contando apenas com jovens licenciados desempregados, com formação técnica rudimentar, dificilmente serão alcançados os objectivos pretendidos.

O inventário é efectivamente uma prioridade a nível nacional, mas nas condições em que vai ser feito não passará de uma piedosa intenção - como diz o povo, sem ovos não se podem fazer omeletas.

**3.** E quando falamos de inventário, não podemos deixar de referir o problema da salvaguarda e conservação desses mesmos bens patrimoniais, tantas vezes únicos e insubstituíveis.

Sem técnicos com a formação necessária nessa área, sem estruturas descentralizadas, espalhadas por todo o país, que permitam a prevenção, a preservação, o restauro desses documentos, com carências de toda a ordem (arquitectónicas, ambientais, de segurança) nos edifícios em que estão instaladas as nossas bibliotecas e arquivos, dificilmente muitas das espécies de valor cultural excepcional conseguirão sobreviver à usura dos anos ou à incúria dos homens e pior destino lhes poderá estar reservado do que o seu desvio para outros países.

**4.** Finalmente, as notícias que nos chegam sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e, sobretudo, sobre a extinção do IPLL, motivam interrogações, causam perplexidade.

Porquê toda esta sanha, que já vem de trás, contra um organismo que estava a funcionar de uma maneira correcta, diria exemplar, que

estava a criar estruturas que poderão alterar radicalmente os hábitos de leitura dos portugueses?

Que vai suceder à Rede de Leitura Pública?

Porque não foram ouvidos os bibliotecários, interlocutores naturais neste processo?

Quando em 1986, sendo Secretária de Estado da Cultura a dr<sup>a</sup>. Teresa Gouveia, se lançaram as bases da Rede Nacional de Leitura Pública e se reestruturou o IPLL, a BAD teve um papel importantíssimo no processo, foi a presidente da BAD a coordenadora da comissão que estudou a situação do país e que redigiu o relatório sobre a Leitura Pública em Portugal, onde se apontaram os caminhos a seguir.

Agora, com a rede a estender as suas malhas por todo o país, com 90 autarquias apoiadas, com 17 bibliotecas já inauguradas, com o Programa Bibliopolis aqui em Braga em fase de arranque, porque se vai mexer no processo sem ouvir os seus principais intérpretes: a BAD, os bibliotecários, a Associação Nacional de Municípios? Porque não se ouviu o próprio IPLL e o Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas?

Vem a talhe de foice recordar que no 1<sup>o</sup> Congresso da BAD no Porto, 1985 três bibliotecários ( J. Portilheiro de Lisboa, L. Cabral do Porto e H.Nunes de Braga) apresentaram uma comunicação onde se analisava a situação do país e se lançava a ideia da Rede de Leitura Pública; no 2<sup>o</sup> Congresso (Coimbra, 88) o dra. M.J. Moura definiu o que seria a política nacional da Leitura Pública, já com o IPLL em funcionamento; no 3<sup>o</sup> (Lisboa, 90 / foram os técnicos do IPLL que deram conta do trabalho realizado e apresentaram alguns projectos (eu próprio fiz o ponto da situação sobre a Leitura Pública em Portugal no 1<sup>o</sup> Encontro de Bibliotecários de Língua Portuguesa, que se realizou simultaneamente).

Será que agora em Braga, onde se irão apresentar os resultados de tantas experiências positivas, vamos começar a assistir ao fim de um sonho?

Penso que este congresso poderá ser um **forum** importante para debater estes temas que, como profissionais, nos afectam, nos interessam e para cuja resolução queremos contribuir.

Apresentaremos certamente sugestões, recomendações, propostas e temos competência, capacidade, autoridade para o fazer.

Compete àqueles que detêm o poder e que não podem ignorar os profissionais das bibliotecas e arquivos, ouvir as nossa propostas, discuti-las, dar-lhes seguimento, criar condições, atribuir meios para que elas se concretizem.

Os bibliotecários e arquivistas portugueses estão desde há muito habituados a lutar pelos seus projectos, pelos seus direitos, sabem

resistir às solicitações e emboscadas - não podemos esquecer que a BAD foi criada em 1973, em condições extremamente adversas.

Por isso desde já avisamos que não nos calaremos, que não aceitaremos sem discussão aquilo que ao sabor das políticas (ou dos caprichos?) de ocasião nos querem impor.

Resta-me desejar que, a todos os níveis, este congresso seja compensador e gratificante, a nossa intervenção serena mas positiva.

Ao trabalho, pois, e muito trabalho - com alguma distração pelo meio - nos aguarda.

A vossa compreensão pelas eventuais falhas - e elas existem - que a organização do congresso vai revelar:

Uma boa estadia em Braga e que levem as melhores recordações do Minho.